

Uruguaiana, 12 de dezembro de 2017.

CMU 001609/2017/ADM 13/12/2017 09:51

**À COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DO PLC Nº 11
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE URUGUAIANA
N/C.**

Assunto: SOLICITAÇÃO DE EMENDA AO PLC Nº 11

Aos vereadores que compõem a Comissão Especial formada para análise ao *PLC nº 11, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Uruguaiana, e dá outras providências*, solicitamos a análise quanto ao que segue:

Emenda:

Art. 234. Os atuais servidores municipais celetistas, admitidos mediante prévio concurso público e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, recepcionados pelo regime jurídico estatutário ora adotado, que no momento da transposição do regime estiverem percebendo gratificação por atividade especial, terão 100% (cem por cento) deste valor incluso em sua remuneração através da Portaria de Transposição.

Parágrafo único. Os valores que tratam o *caput* deste artigo respeitarão o teto fixado no quadro de cargos em comissão da atual estrutura administrativa do Poder Executivo.

Justificativas:

I - Historicamente a prefeitura municipal não provê concurso público para cargos técnicos de nível superior, fato que termina por exigir que o executivo obtenha tal suporte através de servidores do quadro de nível médio, que possuem formação para desempenhar tais atribuições. Desta forma o município lhe concede gratificação correspondente ao desenvolvimento destas atividades especiais, as quais de terminam por complementar e integrar de forma permanente sua remuneração.

Neste sentido, independentemente do advento da transposição, deve prevalecer o Inciso VI, do artigo 7º, da Carta da República, *in verbis*:

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:

(...)

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho.



- O princípio da segurança jurídica ou da estabilidade das relações jurídicas impede a desconstituição injustificada de atos ou situações jurídicas, mesmo que tenha ocorrido alguma inconstitucionalidade com o texto legal durante sua constituição. Muitas vezes o desfazimento do ato ou da situação jurídica por ele criada pode ser mais prejudicial do que sua manutenção, especialmente quanto a repercussões na ordem social. Por isso, não há razão para invalidar ato que tenha atingido sua finalidade, sem causar dano algum, seja ao interesse público, seja os direitos de terceiros;

II - No tocando ao acréscimo de valores ou aumento do índice de pessoal, é descartada tal possibilidade na medida em que tais valores já são pagos aos servidores e integram os atuais gastos com pessoal.

NOME DO SERVIDOR	MATRICULA
Fabrcio Pato Fagundes	14565-3
Silvina Botrigna da Costa	17210-3
Christian Rifan Bampi Dajeh	14336-7
Fabio Gustavo R da Silva	59242-0
Marcio Eadley Boem	62529-9
Fatima Salate A. Mattos	592340
TANIA ARCE COELHO	105115
Cibeli de Freitas Dias	143359
EVANILDO DOS SANTOS RIETA	59218-8
Debmise Fernandes	157457
Norberto Schurmer Etchenchovia	154520
Uldir Carlos da S. LT	92983-2
Rubens C. Montardo Junior	17509-9
Marcelle Micheli Nunes	15645-0
ALCEU FERNANDES GONCALVES	14417-9
Rodrigo Santoriano Pereira	17532-2
Thais de Alencar	151296
Thais de Alencar	151296
Thais de Alencar	5445-8
Thais de Alencar	59692-2
Thais de Alencar	14539-4
Thais de Alencar	14628-5
Thais de Alencar	16925-0

